

ATTITUDE REFORMISTA

PARA GOVERNAR

PORTUGAL



Rui Rio apresentou na sexta-feira, 7 de janeiro de 2022, em Lisboa, o programa eleitoral do PSD para as legislativas de 30 de janeiro de 2022. “Só uma rutura permite rasgar novos horizontes. Temos de ter uma atitude reformista, se queremos que Portugal tenha novos horizontes”, afirmou



pág. 6

PARLAMENTO

PSD PEDE “PLANO DE EMERGÊNCIA” PARA RESPONDER AOS OUTROS DOENTES

Ricardo Baptista Leite apelou ao Governo e às autoridades de saúde que apresentem um “plano de emergência” para responder aos doentes não covid, que constituem a vasta maioria dos utentes que precisam de cuidados clínicos



pág. 7

LOCAIS

SARDOAL APROVA “ORÇAMENTO DE RIGOR” PARA 2022

A Assembleia Municipal de Sardoal aprovou, dia 6 de janeiro de 2022, com os votos favoráveis da maioria PSD e os votos contra do PS, um orçamento de 11 milhões de euros para o corrente ano



pág. 10

REGIONAIS

GOVERNO DOS AÇORES QUER INSTITUTO DA VINHA A FUNCIONAR “AINDA ESTE ANO”

O secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Governo dos Açores, António Ventura, declarou que o executivo regional pretende que o Instituto da Vinha e do Vinho comece a funcionar “ainda este ano”, com sede no Pico

RUI RIO EM MATOSINHOS

“UMA ECONOMIA MAIS ROBUSTA E MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS”



Rui Rio define como prioridades do programa eleitoral do PSD Portugal alcançar uma economia mais robusta e proporcionar melhores serviços públicos.

No sábado, após reunir em Matosinhos com a Associação de Restaurantes de Matosinhos, a Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo e a Associação Nacional de Restaurantes, o Presidente do PSD insistiu que o país precisa de criar melhores empregos e pagar melhores salários. “Como macropolítica, penso que aquilo que é o principal anseio dos portugueses é sermos capazes de construir uma economia que produza melhores empregos, que pague melhores salários, porque um melhor emprego tem de ter um melhor salário. Tem de ter outras coisas, mas logo à cabeça um melhor salário, não há melhor emprego com salário mais baixo. Temos de conseguir que o salário médio suba de forma a termos um nível de vida equivalente ao que tem a média da Europa. Não quero comparar ao Norte da Europa ou à Alemanha, mas tenho de comparar a países que, por exemplo, vêm da antiga União Soviética, pobres, que entraram muito mais tarde que nós e que, entretanto, já nos ultrapassaram (...) estando nós, desde 1986, na Comunidade Económica Europeia”, apontou.

Em Matosinhos, concelho onde a restauração constitui um setor de atividade muito relevante, Rui Rio lembrou que uma das medidas do programa eleitoral do PSD é reduzir de 13% para 6%, entre julho de 2022 e dezembro de 2023, o IVA da restauração, medida provisória para combater os dramáticos efeitos da pandemia neste setor. “O IVA da restauração descerá para a sua taxa mínima. Nós estamos perante um dos setores que mais está a sofrer com a pandemia, e isso deixa um lastro para o futuro, porque foi uma sobrecarga brutal, e estou a falar naqueles que conseguiram sobreviver”, referiu.

Por outro lado, enfatizou Rui Rio, é preciso recuperar os serviços públicos, “que se degradaram imenso com a governação do PS, desde atos simples, como tirar a car-

ta de condução, o cartão de cidadão ou pedir a reforma, a atos mais complicados, designadamente, o Serviço Nacional de Saúde, para já não falar na Justiça, que é uma questão de soberania, mas que também é um serviço público, da responsabilidade do Estado”.

Rui Rio quer “serviços públicos de qualidade, de acordo com os impostos que as pessoas pagam, porque as pessoas pagam muitos impostos”. “Noutra ótica, [as pessoas] pagam mais ainda quando vimos a qualidade dos serviços que recebem, que é baixa”, assinalou.



RUI RIO NA APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL DO PSD

RIGOR, ATITUDE REFORMISTA E
EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O Presidente do PSD apresentou na sexta-feira, 7 de janeiro de 2022, em Lisboa, o programa eleitoral do PSD para as legislativas de 30 de janeiro, documento que segue, segundo Rui Rio, “uma primeira linha de rumo”: “Mais rigor e menos facilitismo, da mais pequena medida até à maior medida”.

“Mais importante são as linhas de rumo a seguir. Mais importante é a postura com que nos propomos governar”, referiu Rui Rio, que defende “um governo perito em responsabilização”, ao contrário do que tem feito o PS.

O programa eleitoral, de 165 páginas, orienta-se por uma segunda premissa: uma “atitude reformista”. “Vamos para o governo com uma atitude reformista. (...) Só uma rutura permite rasgar novos horizontes. Temos de ter uma atitude reformista, se queremos que Portugal tenha novos horizontes”, disse.

Rui Rio insiste na realização de reformas nos setores mais críticos, como no sistema político e eleitoral, na justiça, na descentralização, na sustentabilidade da segurança social de longo prazo, na fiscalidade, na educação e na saúde.

A terceira linha de força é, de acordo com o Rui Rio, “o equilíbrio financeiro”. “Temos de ter políticas públicas que caminhem para o equilíbrio financeiro”, apontou.

O principal eixo do programa eleitoral é tornar a “economia mais competitiva”, com melhores níveis de produtividade para “gerar melhores empregos e salários”.



Para Rui Rio, é preciso “fortalecer a produção e só depois devemos ter o consumo” e inverter a trajetória de atraso do país em resultado da “política económica do PS”, com Portugal a ser ultrapassado pelos países de Leste.

“Os que concordam com uma governação mais rigorosa não há outra hipótese: quem acredita, vota e sabe que vai ser assim, quem não acredita, vota de outra maneira. Fui

assim toda a vida, não sei ser de outra maneira”, salientou.

O programa eleitoral contou com centenas de contributos do Conselho Estratégico Nacional. A sessão de apresentação contou ainda com as intervenções de Joaquim Miranda Sarmiento, presidente do CEN, do cabeça de lista do PSD por Lisboa, Ricardo Baptista Leite, e de David Justino, vice-Presidente do PSD.



PSD DEFENDE “GRANDE CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO” PARA DIVULGAR VOTO ANTECIPADO

O PSD defende a realização de uma “grande campanha de sensibilização dos eleitores para que recorram ao voto antecipado”, de forma a assegurar que um eventual futuro confinamento não impede a participação eleitoral nas legislativas.

Esta posição foi transmitida na segunda-feira, 10 de janeiro, por Hugo Carneiro, secretário-geral adjunto do PSD, no final de uma reunião com a ministra da Administração Interna, sobre as condições para o exercício do voto nas eleições legislativas antecipadas de 30 de janeiro.

Hugo Carneiro declarou que o PSD é a favor de “uma solução que, no quadro legal, permita que o maior número de pessoas possa participar no ato eleitoral” de 30 de janeiro e deixou uma crítica ao Governo. “Este é um tema em que o Governo tem de efetivamente atuar, portanto, ao contrário do que tinha sido anunciado pelo senhor Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna [Antero Luís] há uns cinco dias dizendo que o Governo nada tinha a ver com isto, o Governo tem tudo a ver com isto, também por causa das questões logísticas. Portanto, é importante que cumpra o seu papel. Certamente que da parte do PSD não encontrará obstáculos, dentro do quadro legal, para que assim seja”, afirmou.

Hugo Carneiro sublinha que “uma das soluções que parece que estará em cima da mesa será a divulgação ou sensibilização para o exercício do direito de voto dentro de um período horário que está dentro do intervalo horário da própria eleição”, por exemplo “as últimas duas horas ou a última hora do dia para que estas pessoas eventualmente se desloquem às urnas”.

“É uma solução que percebemos que está em cima da mesa, sem impedir naturalmente que todas as demais possam votar”, acrescentou, considerando que “a segurança, a tranquilidade no exercício do direito de voto é um aspeto essencial”.

Por outro lado, relativamente ao voto antecipado, Hugo Carneiro defendeu que, “através do esforço conjunto dos partidos, dos órgãos de soberania, da CNE”, deve ser feita “uma grande campanha de sensibilização dos eleitores” para que se inscrevam para votar antecipadamente “como forma de acautelar um eventual confinamento à posteriori”.

Segundo Hugo Carneiro, “também é importante envolver a Comissão Nacional de Eleições (CNE) neste processo”. “Se exercerem o seu direito de voto mais cedo, se vierem a estar confinados mais tarde já não têm problemas, porque já exerceram livremente o seu direito de voto”, destacou.

Hugo Carneiro considera que a evolução da pandemia de covid-19 “desatualizou a lei que permitia às pessoas inscreverem-se para o voto domiciliário”, que “perde um bocado o seu sentido e a sua utilidade”. “Há aqui um número de pessoas que poderá ser significativo, não sabemos, talvez não seja tão grande como aquele que tem sido anunciado nos últimos dias, mas poderá haver um número de pessoas significativo que, querendo exercer o seu direito de voto, ficariam retidas em casa por estarem em confinamento”, assinalou.



PSD RECEBEU A APREN



Salvador Malheiro, vice-Presidente do PSD e coordenador nacional do CEN para o Ambiente e Energia, e Bruno Coimbra, Secretário-geral do CEN e coordenador do GPPSD na Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território, receberam, dia 4 de janeiro de 2022, Pedro Amaral Jorge, presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN).

Na reunião, foram debatidos cinco temas principais: a democratização e descentralização do setor das renováveis; problemas de licenciamento; o aumento da capacidade de receção da rede elétrica de serviço público; a adequação dos regulamentos de ordenamento do território perante a nova realidade da transição energética; e novas formas e mecanismos de suporte de preços sem onerar o consumidor, num contexto de eliminação de feed-in tariff.

Esta reunião foi pedida pelo PSD no âmbito da preparação da área de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território do programa eleitoral para as eleições legislativas do próximo dia 30 de janeiro de 2022, estando ainda previstas mais reuniões neste setor. Já na semana passada, o PSD reuniu com a ZERO a este propósito.



COVID-19

PSD PEDE “PLANO DE EMERGÊNCIA” PARA RESPONDER AOS OUTROS DOENTES

O PSD apelou ao Governo e às autoridades de saúde que apresentem um “plano de emergência” para responder aos doentes não covid, que neste momento constituem a vasta maioria dos portugueses que precisam de cuidados de saúde.

No final da reunião do Infarmed, dia 5, o vice-Presidente da bancada do PSD, Ricardo Baptista Leite, lamentou que “o que é fundamental” não tenha sido falado na reunião: “os doentes com outras doenças, que constituem a vasta maioria dos portugueses, e que precisam de cuidados de saúde com urgência e estão a ter dificuldades em ter acesso a esses cuidados”, defendeu.

O social-democrata alertou que os centros de saúde têm menos médicos e menos enfermeiros que “estão a ser desviados para os centros de vacinação”, defendendo que é preciso acelerar a vacinação, “mas encontrando outros mecanismos para o fazer, sem roubar profissionais de saúde ao SNS”.

“Os médicos de família não podem continuar a ser sobrecarregados com o rastreamento de casos de covid-19, que é uma medida inútil neste momento quando se pode chegar a cem mil casos por dia”, frisou o deputado.

Face a este cenário, Ricardo Baptista Leite deixou um pedido ao Governo e às autoridades de saúde: “vamos ser pragmáticos, gerir os poucos recursos que temos para ajudar as pessoas com cancro, com doenças cardíacas, respiratórias e autoimunes”.



PSD ESTARÁ “NA LINHA DA FRENTE” PARA ENCONTRAR MEDIDAS PARA QUE MAIS PORTUGUESES POSSAM VOTAR

O PSD está disponível para encontrar e apoiar medidas para que mais portugueses possam votar, alertando que será necessário “salvaguardar a segurança” dos cidadãos.

Depois de no final da reunião no Infarmed o Presidente da República ter anunciado que o Governo pediu um parecer ao Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (PGR) para saber se o isolamento no quadro da covid-19 impede o exercício do direito de voto ou se poderá ser suspenso para esse efeito, o vice-Presidente da bancada do PSD garantiu que, da parte do PSD, o partido estará “na linha da frente para fazer parte da solução, seja a partir do parlamento seja no sentido de apoiar outras medidas da parte do Governo”.

Com os especialistas a preverem que entre 4 e 12% da população possa estar em confinamento nos próximos dias, Ricardo Baptista Leite afirmou foram colocadas várias hipóteses durante a reunião. A primeira, afirmou o deputado do PSD, seria a Comissão Permanente “poder legislar” e “encontrar mecanismos para alterar o voto antecipado”, o que segundo Baptista Leite teria sido afastado pelo Presidente da Assembleia da Re-

pública, Ferro Rodrigues, por o parlamento estar já dissolvido. “A hipótese B, transmitida pelo próprio primeiro-ministro, seria a própria Direção-Geral de Saúde poder rever as normas no que diz respeito ao isolamento profilático”, adiantou.

A hipótese C, de se avaliar se “pode haver um regime de exceção para as pessoas em regime de isolamento poderem votar”.

No entender do social-democrata, “qualquer um destes cenários terá de salvaguardar a segurança de cidadãos. O isolamento profilático, se existe, é para evitar a transmissão excessiva da variante Ómicron, mas no nosso ver é fundamental é encontrar uma solução”.

O deputado do PSD salientou ainda que, um cenário como este de votação de pessoas confinadas, exigirá “uma grande capacidade de planeamento e organização”, lamentando que o problema de existirem centenas de milhares de pessoas em isolamento na data das eleições não tenha sido equacionado com mais tempo.

“Estamos a pouco tempo das eleições, mas tem de haver tempo para que a democracia possa funcionar”, concluiu.

GOVERNO TEM A “MENTE FECHADA” PARA INVESTIR NO SNS, MAS A “BOCA ABERTA” PARA DIZER QUE O DEFENDE



O PSD considera que os desafios que o país enfrenta não permitem que a governação continue sem decisões firmes e se mantenha “ao sabor da maré”. Numa declaração política no Parlamento, dia 6 de janeiro, Nuno Carvalho criticou a falta de planeamento e as indecisões de um governo que continua “à espera dos ventos que possam soprar da esquerda ou da direita”.

Estas indecisões, adianta o deputado, são mais visíveis no setor da saúde, uma área em que o Governo tem a “mente fechada para investir no Serviço Nacional de Saúde, mas mantém constantemente a boca aberta para dizer que o defende”.

Consequência dessa indefinição e das críticas da Ministra da Saúde à falta de resiliência dos profissionais, refere o social-democrata, são as várias demissões que aconteceram em hospitais por todos o país. Apesar de, mais tarde, ter pedido desculpa aos médicos, Nuno Carvalho afirma que a “Ministra da Saúde ainda não percebeu que não exigiu apenas mais resiliência aos profissionais de saúde. Exigiu também resiliência aos doentes que não são diagnosticados nem tratados porque o Serviço Nacional de Saúde está no limite”.

De seguida, Nuno Carvalho criticou o comportamento do Primeiro-Ministro por durante o verão se ter declarado vitorioso no combate à pandemia e anunciado a libertação total da sociedade. “O Primeiro-Ministro quer declarar-se vitorioso no combate à pandemia. Mas uma auto declaração de vitória é errada. Não só porque a pandemia e os seus impactos ainda não terminaram. Mas também porque quem vence a pandemia é o esforço coletivo dos portugueses, não é António Costa”, sublinhou.

Para o deputado, a atitude correta do Governo seria focar-se nas decisões que habilitem o país a superar a pandemia. Contudo, remata, “se o Governo queria reclamar méritos hoje tinha que saber tomar decisões no passado”.

SARDOAL APROVA “ORÇAMENTO DE RIGOR” PARA 2022

A Assembleia Municipal de Sardoal aprovou, dia 6 de janeiro, com os votos favoráveis da maioria PSD e os votos contra do PS, um orçamento de 11 milhões de euros para 2022, com uma redução de 10% em relação a 2021.

Com cerca de um milhão de euros a menos relativamente ao ano anterior, o orçamento para 2022 não deixa de ser um documento “de rigor”, declarou presidente da Câmara de Sardoal, Miguel Borges, tendo feito notar que o orçamento “não é algo fechado e que pode necessitar de revisões mediante os avisos que abrirem para candidaturas no âmbito dos fundos comunitários”.

Na apresentação das linhas gerais dos documentos previsionais e das Grandes Opções do Plano, Miguel Borges destacou um conjunto de empreitadas que vão começar ou terminar em 2022, como a requalificação do parque escolar, a segunda parte da implementação do Centro de Interpretação da Semana Santa, a requalificação do Externato Rainha Santa Isabel para biblioteca municipal, o parque de autocaravanas, a pavimentação de arruamentos no concelho e no Parque Empresarial, a par da implementação de um centro de ciclismo.

O presidente da Câmara destacou algumas das áreas prioritárias de investimento na Educação, Ação Social, Ambiente, Desporto, Cultura, Juventude, do Turismo e Empreendedorismo.

O autarca ressaltou a construção de um edifício para funcionar como creche municipal, a criação de um Orçamento Participativo Jovem, as comemorações dos 25 anos da Biblioteca Municipal e a continuidade do Encontro Internacional de Piano, a par da dinamização de percursos pedestres.

Referindo como “prioridade” a reparação de infraestruturas afetadas pela tempestade Elsa em dezembro de 2019, o autarca apontou ainda para a concretização de melhoramentos nos cemitérios de Cabeça das Mós e Andreus, a requalificação dos prédios da Tapada da Torre e a reparação da estrada do Brescovo como empreitadas inscritas no Orçamento Municipal.

Na Educação, está em cima da mesa a revisão da Carta Educativa, a requalificação do parque infantil do Jardim de Infância de Sardoal, bem como a continuidade de projetos intermunicipais como o PEDIME – Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo e o programa PISA.

No plano económico, referiu a empreitada a concretizar do Parque de Negócios de Andreus, que albergará 10 empresas, num investimento na ordem de um milhão de euros.

A Assembleia Municipal de Sardoal aprovou por unanimidade a política fiscal do município para 2022. Numa ótica de manutenção das taxas a aplicar, o IMI, IRS, Derrama e Taxa Municipal de Direitos de Passagem mantém os valores praticados em anos transatos.



No que diz respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), mantém-se a taxa de 0,325% para prédios urbanos e de 0,8% para prédios rústicos, com uma redução para agregados familiares em função do número de dependentes a cargo e a majoração do valor total de IMI em 20% para prédios urbanos degradados e majoração para o dobro nos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono.

A taxa de IMI para prédios urbanos pode variar entre os 0,3% e os 0,45%, cabendo aos municípios fixar o valor entre este intervalo.

Já a participação variável ao Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) mantém-se nos 5% em 2022, enquanto a Taxa Municipal de Direitos de Passagem se continua a situar nos 0,25% – a taxa máxima.

Ainda na política fiscal, a Derrama a liquidar em 2022 referente a 2021 vai manter-se em 0,01% para empresas com volume de negócios até 150 mil euros. No caso das empresas com volume de negócios superiores, a taxa sobe para os 1,5% sobre o lucro tributável sujeito a IRC.

CÂMARA DE SEVER DO VOUGA AVANÇA COM AUDITORIA À ANTERIOR GESTÃO SOCIALISTA

A Câmara de Sever do Vouga, liderada por Pedro Lobo (PSD), vai pedir uma auditoria externa à gestão do último mandato autárquico, liderado por António Coutinho (PS), revelou fonte municipal.

“Deparámos neste início de mandato, com situações complexas, relacionadas, alegadamente com a falta de cumprimento de procedimentos em áreas chave para a câmara municipal”, justifica Pedro Lobo.

Para o novo presidente da Câmara de Sever, “é essencial conhecer com rigor os procedimentos, identificar eventuais falhas e adotar procedimentos de melhoria, bem como identificar e corrigir eventuais irregularidades, de modo a poder prevenir os interesses do município, evitando constrangimentos futuros inesperados”.

“É urgente e fundamental realizar uma auditoria externa forense e de procedimentos à Câmara Municipal de Sever do Vouga”, considera o autarca.

Nesse sentido, levou à aprovação do executivo e deu conhecimento à Assembleia Municipal da realização de

uma “auditoria externa de procedimentos e forense, no período compreendido pelo último mandato autárquico 2017 a 2021”.

A proposta foi aprovada pela maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, que disseram estar “inteiramente de acordo com uma auditoria, por uma questão do princípio da transparência”, mas consideraram a proposta com fundamentos muito vagos, imprecisos e falíveis.

Os auditores deverão fazer incidir o seu trabalho sobre os procedimentos internos da câmara, “em áreas chave e identificação de sugestões de melhoria no sentido de prevenir a ocorrência futura de eventuais irregularidades”.

De acordo com a proposta aprovada, a auditoria deverá abranger contratos de aquisição de bens e serviços e relações com fornecedores, contratos de empreitada, atribuição de subsídios, aquisição, alienação e gestão de património camarário, aprovisionamento, administração e ordenamento do território.



MONÇÃO COM ORÇAMENTO DE 30,2 MILHÕES DE EUROS PARA 2022

A Câmara de Monção aprovou o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2022, no valor de 30,2 milhões de euros.

Em nota enviada às redações, a Câmara de Monção explicou que o PAO para 2022 está “focado no desenvolvimento económico, apoio à família e atratividade turística”.

“O orçamento revela uma acentuada componente de apoio às famílias, garantindo prioridade ao desenvolvimento económico e à atratividade turística, setores fundamentais para aumentar os níveis de empregabilidade e a qualidade de vida de todos os monçanenses”, refere o presidente da Câmara, o social-democrata António Barbosa, citado na nota.

Com “um orçamento global de 30,2 milhões de euros, as Grandes Opções do Plano para 2022 apresentam um investimento de cerca de 13,6 milhões de euros, repartido pelo plano plurianual de investimentos, com visibilidade em várias áreas, bem como pela transferência (capital e corrente) para as Uniãos/Juntas de Freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), associações e outras entidades do concelho”.

O “Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) continua na taxa mínima, com redução consoante o número de dependentes, estando igualmente prevista a devolução aos monçanenses de 60% da receita do IRS”.

A autarquia destaca também “o investimento de mais de um milhão de euros na requalificação do parque habitacional do concelho, nomeadamente, no Bairro da Imaculada Conceição, no Bairro das Forças Armadas e na construção de novas habitações”.

“Com um Plano Plurianual de Investimentos (PPI) de 10.031.504,00 euros, o investimento far-se-á sentir em todas as áreas de intervenção, privilegiando-se o desenvolvimento económico, apoio à família, educação, cultura/turismo, rede viária municipal e qualidade ambiental”, aponta a autarquia.



No desenvolvimento económico, “os principais investimentos estão relacionados com o Emparelamento Agrícola do Vale do Gadanha, Polo Industrial do Vale do Mouro e Monção Habitat Criativo/Incubadora de empresas, em execução no antigo armazém da CP”.

Na área da atratividade turística, o município destaca a estrutura “Cycling and Walking”, em Riba de Mouro, projeto “Rio Minho: Um Destino Navegável”, Ecovia do Vale do Mouro, Ecoparque de Tangil, e as ecovias entre as Caldas e a Pedra Furada e entre o Posto Aquícola, em Troviscoso, e Landre, na Bela.

As transferências de verba para as Uniãos e Juntas de Freguesias “situam-se nos dois milhões de euros, sendo a distribuição efetuada, de acordo com os critérios de igualdade, área, população e conservação e limpeza”.

“Numa época de incerteza, marcada pela realidade que vivemos, o documento estruturante do concelho, tal como a nossa vontade e determinação, tem como grande preocupação o bem-estar das pessoas e o reforço da centralidade de Monção, tornando-o, cada vez mais, um concelho atrativo para viver e investir”, observa António Barbosa.

MUNICÍPIO DE MÊDA COM ORÇAMENTO NO VALOR DE 14,4 MILHÕES DE EUROS

O município de Mêda, no distrito da Guarda, vai ter um orçamento de 14,4 milhões de euros em 2022, que dá “resposta às necessidades” e aos “novos desafios que se avizinham”, segundo o presidente da autarquia.

O autarca de Mêda, João Mourato, salientou tratar-se de “um documento técnico, mas que representa muita ambição”.

“Em tempo recorde, fruto do resultado das eleições autárquicas, com o empenho dos técnicos do município e do executivo, conseguiu desenvolver-se um documento que visa resolver problemas pendentes e estar preparado para dar resposta às necessidades e novos desafios que se avizinham”, afirmou o presidente da autarquia num comunicado, dia 4 de janeiro.

O orçamento municipal de Mêda foi aprovado por maioria, com sete abstenções da bancada do PS, na Assembleia Municipal realizada no dia 27 de dezembro de 2021, no auditório da Casa Municipal da Cultura.

As propostas de Mapa de Pessoal, Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) e Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) foram aprovadas por unanimidade.

O orçamento camarário também foi aprovado por maioria pelo executivo municipal liderado pelo PSD/CDS-PP, com o voto favorável dos três elementos da maioria e com a abstenção dos dois vereadores eleitos pelo PS.

Segundo o documento, nas Grandes Opções do Plano para 2022 o município de Mêda prevê um investimento de 1,5 milhões de euros na infraestruturação da nova Área de Acolhimento Empresarial, 500 mil euros na recuperação e requalificação de edifícios no centro histórico da sede de concelho, 550 mil euros no setor da habitação e 315 mil euros no âmbito do PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana.

Na agricultura, estão destinados 132 mil euros para o projeto de construção da barragem e da rede de rega do aproveitamento hidroagrícola da Coriscada e, na educação, reserva 149 mil euros para a requalificação da Escola Básica e Secundária da cidade.

O município liderado por João Mourato inclui no orçamento uma verba de 300 mil euros para a rede viária e 419 mil euros para a requalificação do castelo de Longroiva.

No setor da cultura, atribui 25 mil euros para a musealização do sítio arqueológico do Vale do Mouro e 12.500 euros para a reestruturação do museu municipal, entre outros investimentos.

Os documentos, que também contêm verbas para o setor social e associações, entre outras áreas, destinam 40 mil euros para a elaboração do Guia de Apoio ao Investidor e cinco mil euros para a adaptação da antiga Casa dos Magistrados a incubadora de empresas.



MAÇÃO APROVA ORÇAMENTO PARA “UM NOVO CICLO”



A Assembleia Municipal de Mação aprovou, dia 10, com os votos favoráveis do PSD e abstenção do PS, um orçamento de 12,8 milhões de euros para 2022, uma redução de 6.5% face à verba de 2021 (13,7 milhões de euros).

Em comunicado, o presidente da Câmara Municipal de Mação, Vasco Estrela, salienta que este orçamento é o “primeiro de um novo ciclo que se inicia” e que o mesmo será, “seguramente, alvo de revisão em alta, fruto da incorporação, entre outros, dos valores do saldo de gerência do ano em curso, superior a três milhões de euros”, bem como do “reforço de verbas provenientes dos fundos comunitários e de um eventual financiamento bancário”.

Vasco Estrela especificou que os 11 eleitos do PSD votaram a favor, assim como o deputado municipal da Junta de Freguesia de Amêndoa (independente). Dos nove eleitos da bancada do PS, sete abstiveram-se e dois votaram favoravelmente.

Sublinhando que o orçamento “reflete a incerteza de ainda não ter sido aprovado o Orçamento do Estado para 2022” e que “a pandemia de covid-19 continuará a ser uma realidade que poderá implicar várias alterações, no plano e na vida de todos”, o autarca refere ainda na nota que o documento é “marcado por uma grande abrangência de ações, justo e equilibrado face à população e à sua heterogeneidade”.

São seis as grandes áreas estratégicas com destaque no plano plurianual de investimentos, nomeadamente a Ação Social e Saúde (com uma dotação de 340 mil euros), Educação (496 mil euros), Floresta (900 mil euros), Cultura (472 mil euros), Desporto, Recreio e Lazer (1,2 milhões de euros) e Turismo (143 mil euros).

No que respeita à Ação Social e Saúde, áreas que o presidente da Câmara de Mação considera de “importância extrema” e em que se vai consubstanciar a assunção das transferências de competências, são destacadas duas prioridades: a procura de solução para a carência de lugares da creche e a implementação da Estratégia Local de Habitação, aliada à reavaliação e reforço dos apoios sociais existentes.

Nas áreas da Educação, onde a descentralização de competências “será também uma realidade”, e da Cultura, está prevista a oferta de livros e cadernos de atividades, a requalificação da escola sede e do pavilhão municipal, a criação do Núcleo Museológico de Envendos, a efetivação do Arquivo Municipal, reabilitação do piso térreo do Museu Municipal e a elaboração da Monografia e da Carta Cultural do concelho de Mação.

No Turismo, o foco é a reabilitação da Praia Fluvial de Ortiga, a edificação de uma zona de ‘bungalows’ e autocaravanas nas praias fluviais de Carvoeiro e de Cardigos, bem como a construção de uma zona de lazer em Barca da Amieira.

Por unanimidade, a Assembleia Municipal de Mação tinha aprovado a taxa de 0,3% para o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a prédios urbanos em 2022, com uma dedução fixa de 20 euros para agregados familiares com um dependente, 40 euros para dois dependentes e 70 euros para três ou mais dependentes.

Foi ainda aprovada a subida de 2,5% para 4% da participação variável no IRS a liquidar em 2022, relativamente aos rendimentos dos municípios do ano de 2021.

A isenção da taxa de derrama continua a ser válida apenas para pessoas coletivas com sede fiscal no concelho. Para as empresas que não têm sede social em Mação foi novamente aprovado o lançamento de uma taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável.

No âmbito da política fiscal proposta para o ano 2022, foi também aprovada por unanimidade a devolução do montante pago em IMI às associações culturais, desportivas e recreativas do concelho, bem como a proposta de devolução do dobro de montante pago em IMI às entidades gestoras de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).

GOVERNO DOS AÇORES QUER INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO A FUNCIONAR “AINDA ESTE ANO”

O secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Governo dos Açores, António Ventura, declarou que o executivo regional pretende que o Instituto da Vinha e do Vinho comece a funcionar “ainda este ano”, com sede na ilha do Pico.

Ouvido na comissão de Economia da Assembleia Regional, dia 6, António Ventura afirmou que entrada em funcionamento daquele instituto vai depender da “celeridade e da deliberação” do parlamento açoriano.

Caso o decreto legislativo seja aprovado na Assembleia Regional, a “responsabilidade fica” do lado do Governo açoriano (PSD, CDS-PP, PPM), disse.

“Logo que o diploma seja aprovado, vamos trabalhar para que ainda este ano possamos ter em funcionamento o Instituto da Vinha e do Vinho. É este o nosso desejo. Não podemos perder mais tempo”, afirmou António Ventura.

O secretário regional afirmou que aquele organismo, que vai ter sede na ilha do Pico, era uma “iniciativa que já estava em desenvolvimento pelo anterior executivo” liderado pelo PS. “Encontrámos na secretaria esta iniciativa, terminamos o seu desenvolvimento e a sua construção e apresentamos na Assembleia Regional”, acrescentou.

Para António Ventura, a criação do instituto “resulta da necessidade de unir, congregar e defender condignamente as regiões vitivinícolas dos Açores”.

O Instituto da Vinha e do Vinho vai “propor, estudar e executar” as políticas vitivinícolas e “congregar recursos humanos”, sendo composto por um presidente e quatro vogais, segundo a proposta do executivo açoriano.



“Pretendemos que exista uma estrutura que pense sobre esse setor tão importante para os Açores, quer na criação de riqueza, quer na criação de emprego, quer na fixação de jovens. É uma fileira que precisa de ser recuperada”, concluiu o secretário regional.

PSD/AÇORES DESTACA “COMPROMISSO CUMPRIDO” DE FINANCIAMENTO DO TERCEIRA TECH ISLAND



O deputado do PSD/Açores Rui Espínola destacou, dia 6, a assinatura do contrato entre o Governo Regional e a Câmara Municipal da Praia da Vitória que garante o financiamento do projeto Terceira Tech Island, sublinhando que se trata de “mais um compromisso cumprido” pelo Executivo açoriano.

“O Governo dos Açores assinou há poucos dias, com a Câmara da Praia da Vitória, o contrato que garante o financiamento do projeto. Foi um compromisso assumido pelo Governo da coligação e é mais um compromisso cumprido. A continuidade do Terceira Tech Island está assim assegurada, a bem da economia do concelho da Praia e da ilha Terceira”, afirmou, após uma audiência dos deputados do PSD eleitos pela ilha Terceira com a Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Segundo Rui Espínola, “fica também claro que não tinham qualquer fundamento os boatos lançados por alguma oposição sobre a continuidade do projeto Terceira Tech Island”.

“Enquanto deputados eleitos pela ilha Terceira, é com satisfação que vemos a concretização, por parte do Governo dos Açores, da manutenção, renovação e financiamento do projeto Terceira Tech Island. Ao contrário do que diziam alguns profetas da desgraça, este é um Governo que, mais do que falar, trabalha e concretiza, valorizando o desenvolvimento económico e social da ilha Terceira”, frisou.

O parlamentar social-democrata salientou que o Governo dos Açores assumiu o Terceira Tech Island como um “projeto importante e estruturante para a ilha e, em particular para o concelho da Praia da Vitória”, atendendo à “dinamização económica que gera e à criação de emprego qualificado”.

“O reconhecimento da importância do projeto é, naturalmente, partilhado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, que assumirá maiores responsabilidades na organização, gestão e captação de novas empresas, tendo já afetado colaboradores ao projeto que assumirão o seu acompanhamento e dinamização”, explicou.

De acordo com o deputado do PSD/Açores, “ficou também assegurado o financiamento à Academia de Código, que em 2021 ministrou três cursos e em 2022 irá mantê-los, captando jovens de várias partes do país e do mundo”.

CÂMARA DA CALHETA NA MADEIRA COM ORÇAMENTO DE 19,9 MILHÕES DE EUROS

A Câmara da Calheta, na Madeira, tem um orçamento municipal para este ano de 19,9 milhões de euros, mais cerca de seis milhões face ao de 2021, anunciou o presidente do município, Carlos Teles.

O presidente da Câmara referiu que o aumento de verbas no orçamento em relação ao ano passado se deve sobretudo a um empréstimo contraído pela autarquia, de 2,9 milhões de euros, e a quatro milhões de euros de fundos europeus destinados a obras no concelho da Calheta.

Carlos Teles destacou que o orçamento para este ano privilegia a área social, que totaliza 1,2 milhões de euros, e a rubrica dos investimentos, que tem cerca de nove milhões reservados para o efeito.

No âmbito social, o autarca elencou medidas como a abertura de um novo centro social na freguesia da Calheta, bem como a continuação dos apoios financeiros aos estudantes universitários do concelho e às famílias com crianças até 5 anos, como forma de incentivo à natalidade.

“No caso dos investimentos, nós queremos chegar a todas as freguesias [oito], com obras de manutenção e de recuperação de alguns espaços”, afirmou Carlos Teles, realçando como principal obra prevista para este ano “o caminho real na freguesia da Fajã da Ovelha e na freguesia da Calheta”, projeto orçado em três milhões de euros e participado em 75% por fundos europeus.



“É uma aspiração da população do nosso concelho, já que os caminhos reais, além de promoverem o destino turístico que é a Calheta neste momento, valorizam o nosso património”, vinco.

Em matéria fiscal, a autarquia vai manter a taxa mínima de IMI de 0,3% e a devolução de 5% do IRS aos municípios.

O presidente da Câmara da Calheta referiu ainda que, apesar do corte de cerca de 244 mil euros nas verbas a receber do Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro, será mantido o apoio financeiro às oito juntas de freguesia do concelho.

O orçamento foi aprovado na Assembleia Municipal da Calheta com os votos favoráveis dos 15 deputados do PSD e de dois eleitos do CDS-PP, tendo contado com a abstenção de um deputado centrista e dos três deputados do PS. Na Câmara, composta por seis vereadores sociais-democratas e um socialista, o documento teve os votos a favor do PSD e a abstenção do PS.

O concelho da Calheta, com 10.915 habitantes (Censos 2021), fica situado entre o Sul e o extremo oeste da Madeira e é o de maior superfície territorial da região, com 116 quilómetros quadrados.



PARLAMENTO DA MADEIRA APROVOU VOTO DE PROTESTO POR SUSPENSÃO DE SUBSÍDIO DE MOBILIDADE

A Assembleia Legislativa da Madeira aprovou no dia 5, por unanimidade, um voto de protesto pela decisão do Governo da República de suspender o atual modelo de subsídio de mobilidade, “desrespeitando” diplomas dos parlamentos nacional e regional.

O Governo informou na semana passada que aprovou, em Conselho de Ministros, um decreto-lei a suspender a vigência da Lei n.º 105/2019, de 06 de setembro, que alterou o modelo de atribuição do subsídio social de mobilidade para as regiões autónomas e que, em consequência, volta a entrar em vigor o modelo anterior de atribuição destes subsídios (Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho).

Na prática, os madeirenses que se deslocam de avião entre a Madeira e o continente ou os Açores continuam a ter de pagar a viagem por inteiro para depois serem ressarcidos pelo Estado através do subsídio social de mobilidade (SSM) – uma compensação que pretende promover a coesão territorial das ilhas –, quando o novo modelo previa que pagassem apenas uma participação fixa, sendo o restante valor pago diretamente pelo Estado às companhias.

A lei agora suspensa tinha sido apresentada ao parlamento nacional após aprovação pela Assembleia Legislativa Regional da Madeira e foi aprovada pela Assembleia da República em 19 de julho de 2019. Fixava em 86 e 65 euros as tarifas aéreas pagas, respetivamente, por residentes e estudantes madeirenses em viagens para o continente e Açores, sendo o restante pago pelo Estado às companhias.

O social-democrata Brício Araújo recordou que o executivo madeirense, “mesmo num contexto adverso” marcado pelas consequências da covid-19, “conseguiu manter a percentagem do acréscimo regional ao salário mínimo nacional”, na ordem dos 2,5%.



CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

ALMEIRIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Almeirim, para reunir no próximo dia 12 de fevereiro (sábado) de 2022 pelas 15H00, na Rua do Bairro Novo, nº 31, em Fazendas de Almeirim, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas de acordo com o estabelecido no Regulamento Eleitoral e entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24H do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com as quotas em dia

As urnas estarão abertas entre as 15H00 e as 17H00.

CHAVES

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Chaves para reunir no próximo dia 21 de janeiro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00 na Sede local, sita na Avenida Tenente Valadim, 47 E, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e aprovação do relatório de contas 2021;
2. Eleições Legislativas 2022;
3. Outros Assuntos.

Notas: De acordo com o disposto no número 2 do artigo 69º dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

A reunião será realizada de acordo com as normas sanitárias emitidas pela DGS, sendo obrigatório o uso de máscara e respeitado o distanciamento social

GRANDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir em sessão ordinária presencial, no próximo dia 27 de janeiro (Quinta-feira) de 2022, pelas 21H00 no Cineteatro Grandolense (uso obrigatório de máscara). A reunião terá a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações.
2. Análise da situação político-partidária.

MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Mangualde do Partido Social Democrata, para reunir no próximo dia 5 de fevereiro (sábado) de 2022 pelas 21H00, na Estalagem Cruz da Mata, sita Lugar de Cruz da Mata Mangualde.

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise política local e nacional
2. Outros assuntos

RESENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes do Concelho de Resende, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 12 de fevereiro de 2022, (sábado), pelas 16H00, na Sede do PSD de Resende, sita na Rua António Caetano de Moura, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Eleição dos Órgãos da Secção de Resende.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas de candidatura para os Órgãos da Secção, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A sede do partido estará aberta para receção de candidaturas, no dia 9 de fevereiro de 2022 das 20H00 às 24H00. As urnas estarão abertas entre as 16H00 e as 20H00.

NÚCLEOS

JOANE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Joane para reunir no próximo dia 19 de janeiro (quarta-feira) de 2022 pelas 18H30, no Joannem Auditório (antigas instalações da junta de Freguesia) sita no Largo da República, Joane, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleições Legislativas 2022;

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



ALTERAÇÃO DE DATA

Alteração da data do VI Congresso da JSD Distrital de Santarém do próximo dia 15 de Janeiro para o dia 26 de Fevereiro de 2022. Esta solicitação deve-se ao facto do crescendo de casos de infeção por Covid-19 no nosso distrito, não sendo possível garantir a realização do congresso na data marcada.

Assim, considero que seria mais adequado realizar o congresso no dia 26/02/2022 (sábado), passando assim a fase de maior índice de infeções o que nos permitia a realização deste com maior normalidade e com uma maior participação.

CONGRESSO DISTRITAL DA JSD SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, dada a falta de condições sanitárias devido a agravamento do número de infeções por Covid-19, altera-se assim a data do VI Congresso Distrital da JSD Santarém para o dia 26 de fevereiro de 2022 (sábado), pelas 10h00 no Auditório Municipal do Complexo Desportivo e Cultural da Quinta das Pratas, Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Sessão de abertura e boas vindas do VI Congresso Distrital da JSD Santarém;
- 2 – Apreciação do mandato distrital – 2019/2021;
- 3 – Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas;
- 4 – Apresentação e discussão das moções sectoriais;
- 5 – Eleição dos órgãos distritais mandato – 2021/2023 e aprovação da Moção de Estratégia Global (urnas abertas das 15h00 às 17h00);
- 6 – Votação das propostas apresentadas para distinção de militantes e presidentes honorários, simultaneamente com a votação das listas aos Órgãos Distritais;
- 7 – Votação das Moções Sectoriais;
- 8 – Tomada de posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados;

9 – Sessão de encerramento do VI Congresso Distrital da JSD Santarém.

Notas:

As listas devem ser apresentadas até às 23h59 do 3.º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente de Mesa do Congresso Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede Distrital da JSD e PSD, sita na Rua do Colégio Militar, n.º 26 – 1 Andar H, Santarém.

Toda a documentação deverá respeitar as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

O ato eleitoral terá a duração de duas horas, pelo que as urnas estarão abertas entre as 15h00 e as 17h00.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Estarreja, a reunir no próximo dia 12 de fevereiro de 2022 (sábado), às 10h30m, na Sede do PSD Estarreja, sita na Rua Jornal de Estarreja, 109, 3860 – 365 Estarreja, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Estarreja.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital de Aveiro, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 10h30m e as 12h30m. Nota 2: Será obrigatório o uso de máscara e caneta própria, assim como a desinfeção de mãos à entrada do local. Para o efeito será disponibilizado gel desinfetante e garantido o cumprimento das normas de recomendação da DGS.

**RECTIFICAÇÃO
OURÉM**

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se todos os militantes da concelhia de Ourém para a realização de um plenário eleitoral a decorrer no próximo dia 05 de fevereiro de 2022, na sede concelhia de Ourém, sita na R. Dr. Carlos Vaz de Faria e Almeida 31, 2490-499 Ourém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política da JSD Ourém.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na sede concelhia de Ourém, sita na R. Dr. Carlos Vaz de Faria e Almeida 31, 2490-499 Ourém, respeitando os estatutos nacionais e demais regulamentos da JSD. O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00.

PORTO

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do concelho do Porto para reunir no próximo dia 20 de janeiro, pelas 21h30, na Sala nobre da junta de freguesia de Massarelos, sita na Rua com Campo Alegre, número 244, 4150-178, Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise e discussão da situação política;
- 2 – Outros assuntos;

VIEIRA DO MINHO

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Vieira do Minho da JSD, para reunião no próximo dia 18 de Fevereiro de 2022, na Sede do PSD de Vieira do Minho, sita na Av. Barjona de Freitas, 4850 Vieira do Minho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia de Vieira do Minho.

Notas:

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na referida sede, que para o efeito se encontrará aberta, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 20h00m e as 22 horas.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Vila Nova de Gaia, para reunirem no dia 12 de Fevereiro de 2022, pelas 15h00, na sede do PSD Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Vila Nova de Gaia.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 15.00 horas e as 17.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.